

MIGRAÇÃO DE RETORNO O QUE É ISSO ?

Sidnei Marco Dornelas*

Nos últimos tempos, muita expectativa tem-se criado em torno das tendências que o Censo de 1991 revelaria a propósito da mobilidade da população brasileira. Esta expectativa foi aumentada com a divulgação dos resultados preliminares do Censo, e as novidades que eles estampavam. Além do fato maior da queda vertiginosa das taxas de fecundidade e, conseqüentemente, da desaceleração do ritmo de crescimento da população como um todo, esses resultados apontavam na direção de uma redistribuição espacial da população. Certos indicadores surpreenderam: o saldo migratório negativo para o município de São Paulo, as evidências de uma desaceleração no crescimento das Regiões Metropolitanas (RMs), ou ainda, os sinais de uma desconcentração do processo de urbanização da população brasileira (que continua, mas num ritmo mais lento). Se esses resultados contrariam as previsões de um crescimento urbano cada vez mais concentrado, com RMs cada vez mais inchadas, por outro lado eles parecem consequentes com as características relevantes da década de 80. A chamada “década perdida” assistiu ao esgotamento da Fronteira Agrícola e Amazônica em todos os seus aspectos (projetos de colonização, grandes obras, etc), à crise econômica que levou a uma recessão crônica que reduziu as possibilidades de emprego urbano e industrial (bem como as oportunidades de ascensão social para as classes de baixa renda), à modernização agrícola que reduziu o emprego rural e intensificou a tendência à concentração fundiária, etc. A confluência desses fatores, somados à percepção de uma estabilização e mesmo crescimento da população nordestina em algumas sub-regiões do Nordeste(NE), levaram muitos a se perguntarem sobre a incidência de uma migração de retorno nesse processo de

redistribuição da população brasileira.¹

A facilidade com que essa hipótese sobre a emergência de uma migração de retorno nos anos 80 se difunde faz com que questões mais direcionadas sejam formuladas: como constatar empiricamente tal fenômeno? como medi-lo quantitativamente? como caracterizá-lo socialmente? Na verdade, tais questões mostram-se mais difíceis na medida em que se deseja sair do mero nível impressionista e afrontar a complexidade crescente dos processos sociais em curso atualmente no Brasil. Os dados preliminares do Censo revelam apenas a faceta mais superficial dessa surpreendente complexidade. A sociedade brasileira, urbana e diferenciada socialmente, pede que essa realidade em rápida mutação e de difícil compreensão seja abordada por diferentes ângulos e instrumentais de análise. Talvez a hipótese de uma migração de retorno possa contribuir para tal análise... Mas, então, de que retorno estamos falando?

Os limites de uma categoria de análise

Há questão de 10 anos atrás, Hélio Moura já levantava a suspeita de que uma migração de retorno estaria agindo na redistribuição da população brasileira, tendo em vista a crise econômica que ele testemunhava na época.² Na ocasião, ele já se perguntava sobre as possibilidades de identificar o migrante de retorno a partir do Censo, não só para medir quantitativamente o fenômeno, mas também para caracterizá-lo a partir de indicadores sociodemográficos. Assim, Moura empenha-se em mostrar como seria possível identificá-lo, a partir das questões do Boletim de Amostra do Censo de 80, diferenciando-o do migrante que não retornou

e do não migrante. A divulgação dos dados preliminares do Censo de 91 pareceu confirmar essa suspeita, e mesmo a reforçou. No entanto, o atraso na divulgação das tabulações completas do Censo desanimam aqueles que demandam pelas tabulações especiais com o cruzamento de informações que permitiriam a identificação do migrante de retorno. Enquanto isso, seguem-se as especulações em torno da pertinência em se falar de uma migração de retorno. Assim, pergunta-se: no balanço emigração/imigração das RMs, em que medida pode-se dizer que a população que está saindo é a mesma que um dia para lá migrou? Em que medida as RMs não estão se tornando um ponto de passagem dentro de uma mobilidade mais intensiva, em que atua uma mão-de-obra avulsa em busca de ofertas de trabalho cada vez mais precárias? Não estaria havendo uma diversificação ainda maior dos locais de destino para a população que emigra das RMs, ou das antigas frentes pioneiras? Moura já previa a complexidade dessa situação e o esforço que demandaria uma análise estatística e demográfica na identificação e mensuração dessa migração de retorno:

“Certamente, uma das dificuldades da realização de estudos mais abrangentes e quantitativos sobre o tema prende-se à necessidade de se poder dispor de uma base informativa que possa contemplar um elevado número de áreas de origem e destino bastante heterogêneas quanto a suas características sócio-demográficas e, quando menos, três referências espaciais temporalmente defasadas entre si com relação a cada fluxo que for objeto de consideração: o local de nascimento, o local (ou locais) de residência anterior e o local de residência atual.”

Essa identificação seria possível, então, sempre se posicionando no local de “retorno”, e supondo a trajetória já com-

pletada no momento da coleta de informações. No fundo, o que interessaria para esse autor, seria a nova fase de recepção de migrantes pelo Nordeste, encerrando um longo período de emigração de população rural nordestina para todo o Brasil. Nota-se, portanto, a partir desse ponto de vista, que a migração de retorno estaria sendo impregnada pela ótica da questão regional nordestina. Isto nos levaria a concluir sobre a existência de diferentes perspectivas para abordar o tema, conforme o posicionamento do pesquisador dentro do plano nacional. Com efeito, a relatividade de ângulos de abordagem de um tema coloca em questão a sua dimensão epistemológica, já que diferentes condicionamentos sociais levam o pesquisador a apresentar diversamente o problema, conforme a particularidade de sua posição no espaço social (e geográfico). Assim, estar no Nordeste, ou em São Paulo, implica em colocar diferentemente a questão da migração de retorno. Em outras palavras, a percepção de Moura nos leva a problematizar a própria categoria de "migração de retorno".

Independentemente das possibilidades e dificuldades de uma tentativa de identificação e mensuração da migração de retorno a partir do Censo, pode-se questionar os limites do uso da categoria "migração de retorno" enquanto tal. Quando se fala de migração de retorno, o que vem à mente seria uma inversão de um fluxo migratório realizado numa determinada direção, e para uma determinada região. Por exemplo, das diferentes regiões do Nordeste para os centros urbanos do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, etc). Ora, a migração de retorno nada mais seria que a inversão de uma concepção já convencional de migração (origem-destino). Tal concepção se aproxima da prática das ciências que abordam a mobilidade populacional nos seus aspectos quantitativos, como a demografia. O senso comum já se acostumou a classificar a migração como fato demográfico, que se aprecia pelo volume de população que se desloca de um lado para outro. Nada mais natural, então, que neste contexto de crise, e com os primeiros números do Censo, imaginar a migração em sentido inverso, com a população se deslocando para o seu antigo local de origem. A suspeita dos estudiosos se somaria ao imaginário do senso comum, intensificando um anseio geral pela informação numérica que confirmaria a existência de uma migração de retorno.³ Mesmo considerando

o valor imprescindível da demografia na constatação e análise desse fenômeno, parece-nos que esta categoria é muito restrita quanto ao seu potencial explicativo, não dando conta da significação social dos fatos que o fenômeno implica.

A percepção de Moura, numa perspectiva mais ampla, do fim da era emigratória do Nordeste para o resto do País, iria no sentido de uma diversificação dos fluxos migratórios quanto à sua direção e constituição, o que ultrapassaria de muito a idéia de uma migração de retorno. A nova realidade do Brasil dos anos 80-90 se revelaria na nova configuração dos deslocamentos de população. A percepção da complexificação dos processos sociais deve levar a uma problematização crescente das categorias utilizadas para tratar da questão migratória. Assim, mesmo confirmada uma migração de retorno considerável para o Nordeste, em que medida pode-se dizer que essa migração é uma "volta"? Não seria antes uma nova migração? Quando se sabe que, pela primeira vez na história, a população rural nordestina diminuiu em números absolutos na década de 80, que sua realidade econômica se diversifica com rapidez (projetos de irrigação, expansão da lavoura de soja no Cerrado baiano, indústria do turismo, avanço do Proálcool, etc), e que os centros urbanos caminham para a metropolização - o dito "retorno" deveria, no mínimo, ser considerado com outros olhos.

No entanto, mesmo quando se percebe uma "volta" às origens, o que significa isso? Estudos sociológicos, de diferentes níveis vêm colocando a questão do retorno, "periódico" ou não, como parte das estratégias de sobrevivência empregadas por famílias camponesas para permanecer unidas e ascenderem socialmente em realidades extremamente precárias, como o Agreste e Sertão nordestinos. Nesse sentido, o "retorno" não seria mais que um capítulo de uma migração temporária já incorporada na cultura dessas famílias camponesas. Ainda nesse caso, pode-se perguntar se aquele que volta, volta o mesmo. O que se evidencia é uma alteração progressiva das relações sociais na localidade de origem, fazendo com que a mentalidade e certos problemas de natureza "urbana" se apresentem antes que a urbanização propriamente dita realmente ocorra. E isso por obra também da influência daqueles que são retornados. Que dizer então daqueles grupos que fazem do retorno um objeto de reivindicação política,

como os brasiguaios que lutam por um lugar no Brasil, na demanda por terra e cidadania. A remigração aqui, mais do que um deslocamento populacional ganha uma conotação de iniciativa política, que tende a configurar a identidade social daqueles que participam dela diretamente. O retorno como reivindicação política ganha sentido num contexto em que as fronteiras internacionais são flexibilizadas em função da globalização do mercado capitalista, ao mesmo tempo que se fecha ao trânsito dos trabalhadores migrantes. A categoria "migração de retorno", como aquelas de exilado, refugiado político ou repatriamento, neste panorama, passa a ser totalmente repensada.

Dessa maneira, arriscaríamos dizer que onde a categoria do "retorno" parece mais caducar é quando nos referimos à experiência dos "novos migrantes" na cena internacional. Nos estudos feitos em nível internacional, onde a perspectiva do retorno tem sido enfocada com mais frequência, percebe-se que, se todo imigrante quando parte tem por objetivo um dia retornar, por outro lado, este propósito acaba sendo relativizado na medida em que ele se instala, cria relações relativamente estáveis e constitui família no país que o "acolheu".⁴ Esta problemática é particularmente sentida na Europa, onde, no período de forte crescimento do pós-Guerra, a vinda de imigrantes do Terceiro Mundo era tida como temporária. Paradoxalmente, os anos de recessão a partir de 1973 trouxeram as evidências de uma crescente sedentarização destes imigrantes e suas famílias, colocando em xeque a concepção generalizada (inclusive entre os imigrantes) de que todo imigrante deveria retornar, depois que tivesse realizado uma poupança satisfatória. Assim, tem-se multiplicado os estudos e iniciativas públicas no sentido de visualizar como favorecer o retorno e a reinserção do imigrante no seu país de origem. Tudo isso num contexto em que cresce a xenofobia no sentimento da massa da população residente, se intensificam as medidas governamentais (e inter-governamentais) no sentido de coibir a entrada de novos migrantes, e se mantêm - apesar de tudo - os fluxos de migração clandestina e de "refugiados" (políticos, econômicos e outros).

Outro aspecto que se evidencia cada vez mais é que, com o aperfeiçoamento crescente dos meios de comunicação social e as facilidades de transporte internacional, as distâncias se encurtam, aproximam-

do as pessoas no espaço e no tempo. Este aspecto é ainda reforçado pela globalização do comércio internacional, onde são agilizadas e generalizadas as trocas de mercadorias, atingindo mesmo a veiculação de cultura e costumes. De tal maneira, que em qualquer parte do globo terrestre se pode ter contato com bens culturais de toda a parte do mundo. Nesse mundo "globalizado", o fato de "migrar" ou "retornar" é imensamente relativizado, já que se pode ter um contato diário com os familiares na terra de origem através do telefone, adquirir comidas típicas do "torção natal" em pleno país estrangeiro, fazer-se presente no vilarejo de origem através do terreno que se comprou e da casa que aí se construiu, mesmo estando a milhares de quilômetros de distância. É neste contexto que se justificam a construção de categorias alternativas como a de "transmigrante", que tentam compreender este estranho fenômeno de identidades sociais que se formulam para além de um "migrar" e um "retornar", numa simultaneidade entre origem/destino, onde elas se situariam e procurariam se definir.

Na verdade, este questionamento suscitado pela percepção de um mundo "globalizado" em relação ao novo estágio das migrações internacionais, serviria para questionar também a abordagem das migrações internas na nova fase do desenvolvimento da sociedade brasileira, em que a integração nacional, com todas as suas perplexidades e contradições, se torna cada vez mais um fato dado. A facilidade dos transportes, a modernização e expansão do sistema de comunicações, a urbanização do território nacional, e a dinamização e diversificação do mercado interno têm influências decisivas na configuração da mobilidade humana em nosso País. Isto deve levar logicamente à formulação de categorias mais adequadas para a sua compreensão, bem como da complexificação do processo cultural que daí resultaria.

O retorno como drama

A abordagem da migração de retorno revelou-se de constatação empírica e quantitativa difícil, sendo que a perspectiva demográfica não consegue sinalizar os processos socioeconômicos cada vez mais complexos aí implicados. Na problematização dessa categoria percebeu-se a dificuldade de compreensão do(s) significado(s) de um fato social que se apresenta com múltiplas facetas. Nesse

sentido, os problemas colocados em torno da migração de retorno se mostrariam apenas como uma dessas facetas das dificuldades e ambiguidades que cercam a noção mais ampla de "migração". Poderíamos reafirmar aquilo que já foi dito em outros lugares, que a migração se apresentaria como um "fato social total", na qual a totalidade da sociedade se revelaria em suas diversas dimensões. Através da migração, permitir-se-ia uma abordagem dessa multiforme realidade social em seus diferentes aspectos.

No entanto, para além das estatísticas e das análises macrosociológicas, o retorno pode se inscrever no itinerário percorrido pelo migrante e sua família, e nesse caso ele se torna um fato marcante de sua história de vida. É nessa dimensão que o retorno pode adquirir uma conotação de "drama". Enquanto parte de uma trajetória individual, a decisão de migrar traz para o seio do fato coletivo toda uma carga subjetiva que certos instrumentos de análise social não conseguem reconhecer ou trabalhar. Sobretudo quando essa decisão equivale a um "retorno", colocando o seu agente de maneira inusitada diante do processo social do qual ele não é mais que um personagem. O "retorno" se descortina em drama, quando este homem, em sua singular história de vida, se "volta" contra esse processo social que o envolve e o coage, e entra em choque com ele. Tal experiência, social e subjetiva, leva o migrante à consciência atordoante da mobilidade e fluidez do mundo, provocando o questionamento da identidade e do sentido de sua história.

Na verdade, a possibilidade do "retorno" é um aspecto marcante dessa carga subjetiva que pesa sobre o migrante. No seu projeto migratório, ele se sente em obrigação, como "emigrante", com sua terra de origem, ao mesmo tempo que se encanta com as possibilidades novas da terra de imigração. Ele está sempre dividido entre as chances de uma aposta no futuro, e as exigências do passado. Com efeito, o ato de migrar implica sempre uma ruptura com o quadro original de socialização. Tal ruptura pode ser mais ou menos sofrida e definitiva, conforme as estratégias de ressocialização mobilizadas no meio que o acolhe. No entanto, a subjetividade do migrante se ressent sempre, de alguma maneira, do acontecimento migratório, principalmente sob duas formas: uma desestruturação corporal e cultural, e o sentimento de culpa. Essa desestruturação

se mostraria de maneira mais ou menos evidente numa crise de valores referenciais, e por conseguinte na experiência da "anomia". O sentimento de culpa, de "obrigação" para com tudo o que representa o meio de origem, se expressa na experiência corriqueiramente conhecida como "saúde".⁵

O "retorno" ganha conotação de drama quando, contra toda "probabilística" sociológica, a subjetividade do migrante, personagem do processo migratório, se volta contra esse processo que o produziu. Vivido como salvação ou como desastre obscuro, não há análise social que dê conta das pequenas tragédias que se redesenham nos depoimentos e histórias de vida desses migrantes. Como resgatar a dramaticidade de experiências humanas resumidas em palavras simples como "saúde" ou "besteira"? Com que palavras um homem pode descrever que ele se sente como que preso numa "armadilha do destino"? Como expressar o "estranhamento" diante de um mundo que nos obriga a renegar todo um "imaginário" sustentado durante anos, uma "ilusão" de recuperar um passado que não existe mais? É neste momento que o pesquisador deve voltar a ser mero e atento ouvinte, para vislumbrar como se recompõe o universo humano na voz desses "retornados", ao reconstruírem sua identidade e seu mundo.

* Sidnei M. Dornelas é padre carlista e faz parte da Equipe do CEM

NOTAS

- 1) MARTINE, George, "A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80", Brasília, IPEA, 1994;
- 2) MOURA, Hélio A., "A identificação do migrante de retorno através da informação censitária", in: Geonordeste, n.1, ano 1, pp. 36-42;
- 3) Poder-se-ia fazer referência ao discurso oficial de "fixar o homem no campo", "fazer com que o migrante volte ao seu local de origem", que faz eco no imaginário do senso comum, ao pensar o campo ainda de maneira bucólica, mas que dessa forma "maquia" a sua rejeição generalizada ao migrante.
- 4) Para uma bibliografia internacional sobre o tema: TARAVELLA, Louis, "Le retour et la réinsertion des migrants", Paris, Agence pour le Développement des Relations Interculturelles, 1986.
- 5) Para uma abordagem da condição do emigrante e seu sentimento de culpa: SAYAD, A., "L'immigration, ou les paradoxes de l'altérité", Bruxelas, De Boeck Université, 1991.